

RCD no HABEAS CORPUS Nº 491.567 - MG (2019/0030345-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
REQUERENTE : FELIPY DA SILVA LIMA
ADVOGADO : FELIPY DA SILVA LIMA - MG149507
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WASHINGTON VIANA MARQUES FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a liminar, reiterando que a ação penal em tela estaria lastreada em interceptações telefônicas nulas.

Sustenta o requerente que a decisão que autorizou a quebra de sigilo telefônico não estaria fundamentada, sendo idêntica à proferida em outro processo.

Afirma que um mesmo provimento judicial teria sido utilizado por magistrados distintos, em momentos diversos e contra investigados diferentes.

Considera que as decisões impugnadas seriam, na verdade, formulários aplicáveis a qualquer caso.

Salienta que o processo está prestes a ser sentenciado, o que revelaria a necessidade de concessão da medida de urgência.

Requer o deferimento da cautelar para que seja suspensa a prática de novos atos processuais na ação penal em tela.

É o relatório.

Não há como se reconsiderar a decisão indeferitória.

Isso porque o impetrante não apresentou novos argumentos aptos a modificar o que foi decidido, sendo prudente a análise minuciosa das alegações apresentadas no bojo do *habeas corpus*, a ser confrontada com o que foi decidido pelo Tribunal de origem, para que as teses lançadas sejam melhor discutidas quando da apreciação e do julgamento do mérito do remédio constitucional pelo colegiado, juiz natural da causa.

Ademais, é cediço neste Sodalício que, *"ainda que o Juízo tenha utilizado um modelo de decisão para motivar as prorrogações da quebra de sigilo telefônico, bem como a inclusão de novos números, o certo é que, subsistindo as razões para a continuidade das interceptações, como ocorreu no caso - tendo em vista a própria natureza e modus operandi dos delitos investigados -, inexistem óbices a que o magistrado adote os mesmos fundamentos empregados nas prévias manifestações proferidas no feito. Precedentes"* (HC 359.620/MT, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 16/08/2017), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica do pleito formulado.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorreu *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** o pedido de reconsideração.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

